

MARLON **TOMAZETTE**

CURSO DE
DIREITO
EMPRESARIAL

1

TEORIA GERAL E
DIREITO SOCIETÁRIO

12ª edição
revista e atualizada

2021

saraiva 



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100



SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sergio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Verônica Pivisan Reis

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Márlia Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Brandão Design
Revisão Celia Regina Souza de Araujo
Capa Daniel das Neves
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Tomazette, Marlon

Curso de direito empresarial : Teoria geral e direito societário – v. 1 / Marlon Tomazette. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2021.
736 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-264-1 (impresso)

1. Direito empresarial – Brasil. I. Título.

20-0499

CDD 340
CDU 34:338.93(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial : Brasil

Data de fechamento da edição: 20-10-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9 610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL | 606781 CAE 741429

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	31

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

Capítulo 1 Evolução histórica do direito comercial.....	35
1 O comércio.....	35
2 Histórico do direito comercial.....	36
2.1 Sistema subjetivo.....	37
2.2 Sistema objetivo.....	39
2.2.1 Os atos de comércio.....	41
2.2.2 A crise do sistema objetivo.....	43
2.3 O sistema subjetivo moderno.....	44
Capítulo 2 – O “novo” direito comercial/empresarial.....	46
1 Conceito do “novo” direito comercial/empresarial.....	46
2 Divisão do direito empresarial.....	48
3 Fontes do direito empresarial.....	49
3.1 A lei.....	51
3.2 Costumes.....	52
3.3 Princípios gerais de direito.....	53
Capítulo 3 Autonomia do direito empresarial.....	54
1 Direito privado.....	54
2 Dicotomia do direito privado.....	55
3 Autonomia do direito empresarial.....	56
3.1 Opinião contrária à autonomia.....	57
3.2 Opinião favorável à autonomia do direito comercial.....	59
4 A autonomia do direito empresarial: método, princípios e objeto próprio.....	61

Capítulo 4 – A empresa	65
1 Âmbito do direito empresarial.....	65
2 Conceito econômico de empresa.....	65
3 A teoria dos perfis de Alberto Asquini.....	66
4.....	68
4.1 Atividade.....	68
4.2 Economicidade.....	69
4.3 Organização.....	69
4.4 Finalidade.....	70
4.5 Dirigida ao mercado.....	70
5 Natureza jurídica da empresa.....	71
Capítulo 5 – Do empresário	73
1 Empresário.....	73
1.1 A economicidade.....	74
1.2 A organização.....	74
1.3 Profissionalidade.....	75
1.4 Assunção do risco.....	76
1.5 Direcionamento ao mercado.....	76
2 Exclusão do conceito de empresário.....	77
3 O empresário individual.....	78
3.1 Capacidade.....	79
3.2 O empresário incapaz.....	80
3.2.1 A continuação da atividade.....	80
3.2.2 A limitação dos riscos.....	82
3.3 Proibições.....	82
3.4 Empresário individual casado.....	84
4 A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	86
4.1 Objetivo da criação da EIRELI a limitação da responsabilidade como incentivo ao exercício da atividade empresarial....	86
4.2 As técnicas de limitação dos riscos no exercício individual da empresa.....	87
4.2.1 As sociedades unipessoais.....	88
4.2.2 O patrimônio de afetação.....	88
4.2.3 Uma nova pessoa jurídica.....	90
4.3 A opção brasileira para limitação de responsabilidade no exercício individual da empresa.....	91
4.4 Quem pode constituir uma EIRELI?.....	92
4.4.1 Pessoa jurídica pode constituir a EIRELI?.....	93
4.5 Como é constituída a EIRELI?.....	94

4.5.1	Capital social.....	95
4.5.2	Nome.....	97
4.5.3	Administração da EIRELI.....	97
4.5.4	Direitos, deveres e responsabilidades do titular da EIRELI.....	98
4.5.5	Transferência da titularidade e extinção da EIRELI.....	99
5	Das sociedades empresárias.....	100
6	Os empresários rurais.....	100
Capítulo 6 Regime empresarial.....		102
1	Do regime empresarial.....	102
2	Do registro de empresas.....	102
2.1	Órgãos do sistema.....	103
2.2	Atos do registro das empresas.....	103
2.3	Obrigações de manutenção do registro e a inatividade empresarial.....	105
3	Escrituração.....	106
3.1	Princípios da escrituração.....	107
3.1.1	Uniformidade temporal.....	107
3.1.2	Fidelidade.....	107
3.1.3	Sigilo.....	107
3.2	Livros.....	108
3.2.1	Livros obrigatórios.....	108
3.2.2	Livros facultativos.....	109
3.2.3	Livros especiais.....	109
3.3	Força probatória da escrituração.....	110
3.4	Exibição dos livros.....	111
3.5	Da guarda da escrituração.....	112
4	Demonstrações contábeis.....	112
Capítulo 7 – Auxiliares do empresário.....		114
1	Dos auxiliares do empresário.....	114
2	Dos prepostos em geral.....	115
2.1	O contrato de preposição.....	115
2.2	O personalismo da relação.....	116
2.3	Da vinculação do preponente.....	116
2.4	Do dever de lealdade.....	117
3	Dos gerentes.....	118
3.1	Conceito.....	118
3.2	Dos poderes.....	119
3.3	Da vinculação do preponente.....	120

4	Do contabilista.....	121
5	Dos contratos de colaboração.....	122
5.1	Contratos de colaboração por intermediação.....	122
5.2	Contratos de colaboração por aproximação.....	123
Capítulo 8 – Estabelecimento empresarial.....		125
1	Do estabelecimento empresarial: noções.....	125
1.1	Conceito.....	125
1.2	Terminologia.....	126
1.3	Estabelecimento x património do empresário.....	127
1.4	Estabelecimento virtual ou digital.....	128
2	Natureza jurídica.....	129
2.1	O estabelecimento como pessoa jurídica.....	129
2.2	O estabelecimento como património autónomo.....	130
2.3	O estabelecimento como negócio jurídico.....	130
2.4	O estabelecimento como bem imaterial.....	130
2.5	O estabelecimento como organização.....	131
2.6	Teorias atomistas.....	132
2.7	O estabelecimento como universalidade de direito.....	132
2.8	O estabelecimento como universalidade de fato.....	133
3	Direito real ou direito pessoal?.....	134
4	Elementos integrantes do estabelecimento.....	136
4.1	Imóveis.....	137
4.2	O ponto empresa.....	138
4.3	O trabalho.....	140
5	O aviamento.....	140
6	A clientela.....	142
6.1	Cessão de clientela.....	143
Capítulo 9 – Negócios sobre o estabelecimento empresarial.....		145
1	O estabelecimento enquanto objeto de negócios jurídicos.....	145
2	Forma.....	145
3	Publicidade.....	147
4	Alienação do estabelecimento.....	148
4.1	Condições de eficácia da alienação.....	148
4.2	Os débitos.....	149
4.2.1	Débitos tributários.....	150
4.2.2	Débitos trabalhistas.....	151
4.2.3	Processos de falência e de recuperação judicial.....	152

4.3	Os créditos.....	153
4.4	Os contratos.....	154
4.5	Cláusula de não restabelecimento.....	156
Capítulo 10 Sinais distintivos na atividade empresarial: nome empresarial e título de estabelecimento.....		
		159
1	Sinais distintivos na atividade empresarial.....	159
2	A natureza dos direitos sobre os sinais distintivos.....	159
3	Nome empresarial.....	161
3.1	Natureza jurídica do direito ao nome.....	161
3.1.1	Direito da personalidade.....	161
3.1.2	Direito de propriedade.....	164
3.1.3	Direito.....	164
3.2	Tipos de nome empresarial.....	165
3.2.1	Firma individual.....	165
3.2.2	Razão social.....	166
3.2.3	Denominação.....	167
3.3	Princípio da veracidade.....	168
3.4	Princípio da novidade/especialidade.....	168
3.5	Extinção do direito ao nome empresarial.....	172
4	Nome de fantasia ou título de estabelecimento.....	172
5	Marcas x nome empresarial.....	173
Capítulo 11 – Marcas.....		
		174
1	Marcas: conceito e função.....	174
2	Classificações.....	175
3	Requisitos.....	177
3.1	Capacidade distintiva.....	177
3.2	Novidade.....	178
3.3	Desimpedimento.....	179
4	Proibições.....	179
5	Direitos sobre a marca.....	192
5.1	Aquisição.....	192
5.2	Vigência.....	193
5.3	Proteção.....	193
5.3.1	Princípio da territorialidade.....	195
5.3.2	Princípio da especialidade.....	195
5.3.3	Danos materiais e morais pelo uso indevido da marca.....	197
5.3.4	Marcas evocativas.....	199

5.4	Marcas de fato.....	200
6	Marcas de alto renome.....	201
7	Marcas notoriamente conhecidas.....	202
8	Extinção dos direitos sobre a marca.....	203
9	Nulidade da marca.....	204
10	Degeneração das marcas.....	205
11	Das indicações geográficas.....	208
12	Nome empresarial e marca.....	209
13	Nomes de domínio × marcas.....	211
Capítulo 12 – Patentes, modelos de utilidade e desenho industrial.....		214
1	Invenções.....	214
2	Patentes de invenção.....	215
2.1	Requisitos.....	215
2.1.1	Novidade.....	216
2.1.2	Atividade inventiva.....	218
2.1.3	Aplicação industrial.....	218
2.2	Exclusões.....	219
2.3	Proibições.....	220
2.4	Direitos sobre a patente.....	221
2.4.1	Titularidade.....	221
2.4.2	Prioridade.....	222
2.4.3	Vigência.....	222
2.4.4	Proteção.....	223
2.4.5	Cessão e licença voluntária.....	224
2.4.6	Licença compulsória.....	224
2.4.7	Extinção.....	226
2.5	Nulidade da patente.....	227
2.6	Certificado de adição de invenção.....	227
3	Modelos de utilidade.....	228
4	Desenho industrial.....	229
4.1	Requisitos.....	229
4.1.1	Novidade.....	229
4.1.2	Originalidade.....	230
4.1.3	Industriabilidade.....	230
4.1.4	Legalidade.....	230
4.2	Direitos sobre o desenho industrial.....	230

PARTE II

DIREITO SOCIETÁRIO

Capítulo 13 – Sociedades: noções gerais	235
1 Conceito	235
2 Terminologia	236
3 Elementos de uma sociedade	237
3.1 Elementos gerais	237
3.1.1 Manifestação de vontade	237
3.1.2 Objeto lícito	239
3.1.3 Forma	240
3.2 Elementos específicos	240
3.2.1 Contribuição para o capital social	240
3.2.2 Participação nos lucros e nas perdas	242
3.2.3 <i>Affectio societatis</i>	244
3.2.4 Substrato pessoal	246
4 Ato constitutivo: natureza jurídica	247
4.1 Teorias anticontratalistas	247
4.2 Teoria do ato corporativo, ato de fundação, ou ato de união	248
4.3 Teorias contratalistas: o contrato plurilateral	249
4.4 Teoria do ato institucional	252
Capítulo 14 A personalidade jurídica das sociedades.....	255
1 Noções	255
2 Função das pessoas jurídicas.....	256
3 O início da personalidade jurídica	257
4 Teorias sobre a pessoa jurídica	258
4.1 Teoria individualista	258
4.2 Teoria da ficção.....	259
4.3 Teoria da vontade	259
4.4 Teoria do patrimônio de afetação	259
4.5 Teoria da instituição	260
4.6 Teoria da realidade objetiva ou orgânica	261
4.7 Teoria da realidade técnica	262
5 Atuação das sociedades.....	263
6 Consequências da personificação	264
6.1 Nome.....	265
6.2 Nacionalidade	265

6.3	Domicílio.....	265
6.4	Capacidade contratual.....	266
6.5	Capacidade processual.....	266
6.6	Existência distinta.....	266
6.7	Autonomia patrimonial.....	266
Capítulo 15 Desconsideração da personalidade jurídica.....		268
1	O uso da pessoa jurídica.....	268
2	O que é a desconsideração da personalidade jurídica?.....	269
3	Origem histórica da teoria da desconsideração.....	272
4	Terminologia.....	273
5	A desconsideração e as teorias a respeito da personalidade.....	274
6	Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.....	275
6.1	Teoria maior.....	276
6.1.1	Teoria maior subjetiva.....	277
6.1.2	Teoria maior objetiva.....	277
6.2	Teoria menor.....	278
7	Requisitos para a desconsideração (teoria maior subjetiva).....	279
7.1	A personificação.....	279
7.2	A fraude e o abuso de direito relacionados à autonomia patrimonial.....	280
7.2.1	Fraude.....	280
7.2.2	O abuso de direito.....	282
7.2.2.1	Subcapitalização.....	283
7.2.2.2	Dissolução irregular.....	283
7.3	Imputação dos atos praticados à pessoa jurídica.....	285
7.4	A insolvência é requisito?.....	287
8	A desconsideração da personalidade jurídica no direito positivo brasileiro.....	287
8.1	A desconsideração no Código de Defesa do Consumidor.....	287
8.1.1	Hipóteses autorizadoras da desconsideração.....	288
8.1.2	Grupos, consórcios e sociedades coligadas.....	289
8.1.3	O § 5º do art. 28.....	290
8.2	Direito econômico.....	293
8.3	Direito ambiental.....	293
8.4	Sistema de distribuição de combustíveis.....	294
8.5	Código Civil.....	294
8.5.1	Desvio de finalidade.....	294
8.5.2	Confusão patrimonial.....	295
8.5.3	A desconsideração para a EIRELI.....	296

8.6	Direito do trabalho.....	296
8.7	Direito tributário.....	298
8.8	Direito administrativo.....	301
8.9	Responsabilidade civil e administrativa por atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira	302
9	Quem é responsabilizado na desconsideração?.....	306
9.1	Teoria maior da desconsideração.....	306
9.2	Teoria menor.....	308
10	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica: desnecessidade de uma ação de conhecimento.....	310
10.1	O pedido originário de desconsideração.....	310
10.2	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica	311
10.2.1	Instauração do incidente.....	313
10.2.2	Procedimento.....	314
10.2.3	Tutela de urgência	315
10.2.4	Fraude à execução	315
10.3	Embargos de terceiro.....	316
11	Desconsideração inversa.....	317
12	Prescrição/decadência do pedido de desconsideração.....	318
Capítulo 16 – Classificações das sociedades.....		320
1	Sociedades personificadas e despersonificadas.....	320
2	Classificação pela responsabilidade dos sócios.....	321
3	Classificação quanto à forma do capital.....	321
4	Classificação quanto à forma de constituição.....	322
5	Sociedades civis x sociedades comerciais.....	322
6	Sociedades simples x sociedades empresárias.....	323
7	Sociedades de pessoas e de capitais.....	324
Capítulo 17 – Sociedades despersonificadas.....		329
1	Sociedades em comum.....	329
1.1	Terminologia.....	329
1.2	Patrimônio.....	330
1.3	Responsabilidade dos sócios.....	331
1.4	Administração.....	331
1.5	Prova da existência da sociedade.....	332
2	Sociedade em conta de participação.....	333
2.1	Sócios.....	333

2.2	Características.....	334
2.3	Extinção da sociedade.....	335
Capítulo 18 – Sociedades simples.....		337
1	Introdução.....	337
2	Constituição.....	338
3	Sócios.....	340
3.1	Noções gerais.....	340
3.2	Deveres dos sócios.....	342
3.3	Direitos dos sócios.....	344
3.3.1	Posição dos credores do sócio: penhora das quotas.....	345
3.3.2	Direitos do cônjuge divorciado e dos herdeiros do cônjuge falecido.....	346
3.4	Responsabilidade.....	349
3.4.1	Responsabilidade do ex-sócio.....	350
3.5	A saída voluntária dos sócios: cessão das quotas.....	351
4	Da resolução da sociedade em relação a um sócio (dissolução parcial).....	352
4.1	A morte de um sócio.....	352
4.2	Recesso.....	355
4.3	Exclusão do sócio.....	356
4.3.1	Exclusão de pleno direito.....	357
4.3.2	Exclusão pela sociedade.....	357
4.4	Divórcio ou dissolução de união estável.....	360
4.5	Apuração de haveres.....	360
4.6	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	362
5	A “vontade” da sociedade.....	365
6	Administração da sociedade.....	366
6.1	Natureza jurídica da relação administrador-sociedade.....	366
6.2	Nomeação e destituição.....	367
6.3	Exercício do poder de administração.....	368
6.4	A proibição de concorrência.....	369
6.5	Responsabilidade.....	370
6.6	Vinculação da sociedade.....	370
6.6.1	Restrições contratuais aos poderes de administração.....	371
6.6.2	Terceiros de má-fé.....	373
6.6.3	Atos <i>ultra vires</i>	373
Capítulo 19 – Sociedades em nome coletivo e em comandita simples.....		375
1	Introdução.....	375
2	Sociedade em nome coletivo.....	375

2.1	Histórico.....	375
2.2	A sociedade genérica.....	376
2.3	A natureza personalista.....	376
2.4	A responsabilidade dos sócios.....	377
2.5	Os credores do sócio.....	378
3	Sociedade em comandita simples.....	379
3.1	Histórico.....	379
3.2	Legislação aplicável.....	380
3.3	Os sócios.....	380
3.3.1	Comanditado.....	380
3.3.2	Comanditário.....	381
3.4	O personalismo da sociedade.....	382
	Capítulo 20 – As sociedades limitadas.....	383
1	Histórico.....	383
2	A legislação aplicável.....	384
2.1	O art. 18 do Decreto n. 3.708/1919.....	384
2.2	O regime no Código Civil.....	385
3	Classificação.....	387
4	Nome empresarial.....	389
5	Capital social.....	391
5.1	Formação e alterações do capital social.....	392
6	Quotas.....	393
6.1	Características das quotas.....	393
6.2	Cessão das quotas.....	395
6.3	Penhora das quotas.....	396
6.4	Aquisição das quotas pela própria sociedade.....	398
6.5	Quotas preferenciais.....	399
7.	A vontade da sociedade.....	401
7.1	Reuniões.....	401
7.2	Assembleia dos sócios.....	402
7.2.1	Convocação e instalação da assembleia.....	402
7.2.2	Deliberações.....	403
7.3	Deliberações nas microempresas e empresas de pequeno porte.....	404
7.4	Modalidades de realização.....	404
8	Administração da sociedade limitada.....	405
8.1	Natureza jurídica da relação entre o administrador e a sociedade.....	406

8.2	Nomeação e destituição dos administradores.....	407
8.3	Poderes e responsabilidades	409
9	As relações da sociedade limitada com terceiros.....	410
10	O conselho fiscal da limitada.....	414
10.1	Inconveniência da adoção.....	414
10.2	Os conselheiros.....	415
10.3	Competência	416
11	Sócios.....	416
11.1	Noções.....	416
11.2	Deveres dos sócios: o sócio remisso.....	418
11.3	Direitos dos sócios.....	419
11.4	Responsabilidade dos sócios.....	421
12	Recesso.....	422
13	Exclusão do sócio.....	425
14	Morte de um sócio.....	427
	Capítulo 21 – Dissolução das sociedades no Código Civil.....	429
1	Dissolução das sociedades.....	429
2	Dissolução <i>stricto sensu</i>	429
2.1	Classificação das causas de dissolução.....	430
2.2	Causas de dissolução	431
2.2.1	Decurso de prazo.....	431
2.2.2	Consenso	431
2.2.3	Deliberação da maioria	432
2.2.4	Unipessoalidade	432
2.2.5	Cessação da autorização para funcionar.....	433
2.2.6	Anulação da constituição.....	433
2.2.7	Exaurimento ou inexistência do objeto social.....	433
2.2.8	Dissolução compulsória	434
2.2.9	Falência para as sociedades empresárias.....	435
3	Liquidação	435
3.1	Formas da liquidação.....	435
3.2	O liquidante	436
3.3	Apuração do ativo.....	437
3.4	Pagamento do passivo.....	438
3.5	A partilha	439
4	A extinção	439

5	Os credores insatisfeitos.....	441
6	Sucessão processual e material.....	442
	Capítulo 22 – Sociedades anônimas: noções gerais	443
	Histórico	443
2	Características	445
3	Nome	446
4	Função e importância econômica.....	447
5	Objeto social	447
6	Natureza jurídica do ato constitutivo.....	448
7	Sociedade anônima de pessoas.....	450
	Capítulo 23 – As sociedades anônimas e o mercado de capitais	451
1	Sociedades abertas x sociedades fechadas.....	451
2	Os valores mobiliários	452
3	Mercado de valores mobiliários	453
	3.1 Bolsa de valores.....	454
	3.2 Mercado de balcão.....	454
4	Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	455
	4.1 O poder regulamentar da CVM	456
5	Fechamento do capital social	457
	5.1 Preço justo.....	458
	5.2 Efetivação do cancelamento	460
	5.3 Resgate das ações remanescentes.....	460
	5.4 Fechamento branco do capital social.....	461
6	A governança corporativa e o mercado de valores mobiliários.....	462
	Capítulo 24 – Constituição e capital social das sociedades anônimas.....	468
1	Constituição da sociedade anônima.....	468
	1.1 Providências preliminares.....	468
	1.1.1 Subscrição de todo o capital social.....	468
	1.1.2 Integralização inicial.....	469
	1.1.3 Depósito.....	470
	1.2 Constituição propriamente dita.....	470
	1.3 Providências complementares	471
2	O capital social	472
3	Formação do capital social	473
4	Funções.....	474
5	Princípios.....	475

6	Aumento do capital social	476
6.1	Obtenção de novos recursos	476
6.2	Capital autorizado	477
6.3	Capitalização de lucros ou reservas	478
6.4	Conversão de valores mobiliários em ações	479
7	Redução do capital social	479
7.1	Redução compulsória	480
7.2	Redução facultativa	480
Capítulo 25	Ações	482
1	Noções gerais	482
2	Valores	482
2.1	Valor nominal	482
2.2	Preço de emissão	484
2.3	Valor patrimonial	484
2.4	Valor de mercado	485
2.5	Valor econômico	485
3	Natureza jurídica das ações	486
3.1	Conceito e elementos essenciais dos títulos de crédito	487
3.2	As ações não são títulos de crédito	490
4	Ações nominativas cartulares	491
5	Ações escriturais	491
6	Custódia de ações	492
7	Classificação quanto aos direitos	495
7.1	Ações ordinárias	495
7.2	As ações preferenciais	496
7.2.1	As vantagens patrimoniais das ações preferenciais	496
7.2.2	Voto das ações preferenciais	497
7.2.3	Negociação das ações preferenciais no mercado	498
7.2.4	Direitos políticos	499
7.2.5	Uma nova "golden share"	500
7.3	Ações de fruição	501
8	Negociação das ações	501
8.1	Limitações nas sociedades abertas	502
8.2	Limitações na sociedade fechada	502
8.3	Negociação com as próprias ações	503
8.3.1	Amortização	503

8.3.2	Resgate	504
8.3.3	Reembolso.....	506
8.4	Aquisição para permanência em tesouraria	508
Capítulo 26 – Outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas		510
1	Noções	510
2	Partes beneficiárias.....	510
2.1	Funções.....	511
2.2	Direitos	511
2.3	Comunhão de interesses.....	512
2.4	Liquidação da companhia	512
2.5	Natureza jurídica.....	513
3	Debêntures	513
3.1	Noções gerais	513
3.2	Emissão.....	514
3.3	Comunhão de interesses.....	516
3.4	Agente fiduciário.....	517
3.5	Garantias.....	518
3.6	Vantagens.....	519
3.7	Conversibilidade em ações.....	520
3.8	Vencimento.....	521
3.9	Amortização, resgate e aquisição das debêntures	522
3.10	Emissão no exterior	523
4	Bônus de subscrição.....	523
5	<i>Commercial papers</i>	523
6	<i>American Depositary Receipts (ADR) e Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i>	524
Capítulo 27 Acionistas.....		526
1	Noções gerais	526
2	Classificação dos acionistas.....	526
3	Acionista controlador.....	527
3.1	Controle interno.....	527
3.2	Controle externo	528
3.3	Conceito legal do acionista controlador.....	529
3.4	Exercício do poder de controle.....	530
3.5	Abuso do poder de controle.....	531
4	Acionistas minoritários.....	532

5	Deveres dos acionistas.....	533
5.1	Contribuição para o capital social.....	533
5.1.1	Acionista remisso.....	533
5.2	Dever de lealdade.....	535
6	Direitos essenciais dos acionistas.....	535
6.1	Participar dos lucros.....	536
6.2	Participar do acervo social.....	537
6.3	Fiscalização.....	537
6.3.1	Direito à informação.....	538
6.4	Direito de preferência.....	540
6.5	Direito de retirada.....	542
6.5.1	Hipóteses legais para o direito de retirada.....	543
6.5.2	Restrições para o exercício do direito de retirada.....	544
6.5.3	Retirada na cisão.....	546
6.5.4	Assembleia de retratação.....	547
7	Voto.....	547
7.1	Voto abusivo.....	548
7.2	Voto conflitante.....	549
8	Suspensão dos direitos.....	550
9	Arbitragem.....	551
10	Saída dos acionistas.....	552
	Capítulo 28 Acordo de acionistas.....	555
1	O acordo de acionistas.....	555
2	Modalidades do acordo.....	555
3	Acordos de bloqueio.....	556
4	Acordos de voto.....	557
4.1	Vinculação da companhia aos termos do acordo.....	558
4.2	Execução específica do acordo de voto.....	559
4.3	Omissão.....	560
5	Atuação dos administradores eleitos pelo acordo de acionistas.....	560
6	Extinção do acordo.....	562
	Capítulo 29 Órgãos sociais.....	564
1	Noções.....	564
2	Assembleia-geral.....	564
2.1	Competência.....	565
2.2	Legitimidade para a convocação da assembleia.....	566

2.3	Modo de convocação	567
2.4	Ordem do dia	569
2.5	Participantes.....	570
2.6	Instalação da assembleia.....	571
2.7	Deliberações	572
2.8	Assembleia-geral ordinária	574
2.9	Assembleia-geral extraordinária.....	575
2.10	Formalidades complementares.....	575
3	Administração da sociedade	575
4	Conselho de administração	576
4.1	Requisitos para ser membro do conselho de administração.....	577
4.2	Eleição e destituição dos conselheiros: a representação da minoria.....	579
4.3	Posse e funcionamento	581
5	Diretoria.....	582
6	Conselho fiscal.....	583
6.1	Funcionamento	583
6.2	Eleição e destituição	584
6.3	Requisitos e impedimentos.....	586
6.4	Atuação.....	586
6.5	Remuneração.....	587
6.6	Deveres e responsabilidade.....	587
	Capítulo 30 – Administradores	589
1	Impedimentos.....	589
2	Natureza jurídica da relação com a sociedade.....	590
3	Investidura e vacância.....	591
4	Remuneração	592
5	Deveres.....	593
5.1	Dever de diligência.....	593
5.2	Desvio de poder.....	594
5.3	Dever de lealdade	595
5.4	Dever de sigilo.....	595
5.5	Dever de informar.....	598
6	Conflito de interesses.....	600
7	Responsabilidade civil.....	600
7.1	Natureza da responsabilidade.....	601
7.2	Business judgment rule.....	602
7.3	Responsabilidade individual ou solidária.....	603

8	Ação de responsabilidade.....	604
9	Vinculação da companhia.....	606
Capítulo 31 – Aspectos financeiros das sociedades anônimas.....		608
1	Escrituração.....	608
2	Demonstrações financeiras.....	609
2.1	Balço patrimonial.....	610
2.2	Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.....	611
2.3	Demonstração do resultado do exercício.....	611
2.4	Demonstração dos fluxos de caixa.....	611
2.5	Demonstração de valor adicionado.....	612
3	Lucros sociais e sua distribuição.....	612
3.1	Lucro líquido.....	612
3.2	Reservas de lucros.....	613
3.3	Dividendos.....	614
4	Juros sobre o capital próprio (Lei n. 9.249/95).....	615
5	Reservas de capital.....	616
Capítulo 32 – Negócios sobre o controle societário.....		617
1	Negócios sobre o controle.....	617
2	Alienação de controle de sociedade aberta.....	617
3	Aquisição do controle de sociedade mercantil por companhia aberta.....	620
4	Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) Voluntária.....	621
4.1	OPA para aquisição do controle de companhia aberta.....	622
4.2	Oferta concorrente.....	623
Capítulo 33 Encerramento da sociedade anônima.....		624
1	Dissolução.....	624
2	Dissolução <i>stricto sensu</i>	624
3	Liquidação.....	627
3.1	Formas da liquidação.....	627
3.2	O liquidante.....	627
3.3	Apuração do ativo.....	629
3.4	Pagamento do passivo.....	629
3.5	Os órgãos sociais na liquidação.....	630
3.6	A partilha.....	631
4	A.....	631
5	Os credores insatisfeitos.....	632

Capítulo 34	Sociedade de economia mista e sociedade em comandita por ações	633
1	Sociedades de economia mista.....	633
1.1	Conceito.....	633
1.2	Regime especial de direito comercial.....	634
1.3	Falência.....	635
1.4	Penhora dos bens.....	638
2	Sociedade em comandita por ações.....	639
Capítulo 35	– Transformação, incorporação, fusão e cisão	640
1	Legislação aplicável.....	640
2	Transformação.....	640
3	Incorporação.....	642
3.1	Procedimento.....	642
3.2	Aumento do capital social da incorporadora.....	644
4	Fusão.....	644
4.1	Procedimento.....	645
5	Direito de retirada na fusão e na incorporação.....	645
6	Direitos dos credores na fusão e na incorporação.....	646
7	Cisão.....	647
7.1	Tipos de cisão.....	647
7.2	Formação do capital social.....	648
7.3	Direito de retirada.....	648
7.4	Sucessão nas obrigações da cindida.....	649
7.5	Direitos dos credores.....	650
8	Questões tributárias.....	650
Capítulo 36	– Relações entre sociedades	651
	Legislação aplicável.....	651
2	Participações.....	651
2.1	Coligação ou filiação.....	651
2.2	Controle.....	652
2.3	Simplex participação.....	653
2.4	Participação recíproca.....	653
3	<i>A holding</i>	655
4	Subsidiária integral.....	655
5	Grupos de sociedades.....	656
5.1	Caracterização.....	657
5.2	Classificações.....	657

5.3	Responsabilidade.....	658
5.4	Constituição dos grupos por subordinação.....	660
6	Consórcio.....	661
7	<i>Joint ventures</i>	664
Capítulo 37 – Concentração empresarial e defesa da livre concorrência.....		667
1	Concentração empresarial.....	667
2	Motivos da concentração.....	668
3	Classificação da concentração empresarial.....	669
4	Livre-iniciativa e livre concorrência.....	670
5	Controle dos atos de concentração.....	672
6	Mercado relevante.....	673
7	Apreciação dos atos de concentração.....	675
Capítulo 38 – Cooperativas.....		678
1	Conceito.....	678
2	Natureza.....	679
3	Legislação aplicável.....	680
4	Classificações.....	681
4.1	Quanto à estrutura.....	681
4.2	Quanto à atividade.....	681
4.3	Quanto à responsabilidade do cooperado.....	682
5	Constituição.....	682
6	Capital social.....	683
7	Orgãos sociais.....	684
7.1	Assembleia-geral.....	684
7.2	Administração.....	685
7.3	Conselho fiscal.....	686
8	Cooperados.....	686
8.1	Número de sócios.....	687
8.2	Votação por cabeça.....	688
8.3	Distribuição das sobras e juros.....	688
8.4	Responsabilidade.....	689
8.5	Entrada e saída dos cooperados.....	689
9	Dissolução das cooperativas.....	690
10	Indivisibilidade do fundo de reserva.....	691

Capítulo 39 – Microempresas e empresas de pequeno porte	692
1 Enquadramento.....	692
2 Exclusões.....	693
3 Do tratamento diferenciado.....	695
3.1 Tratamento tributário.....	695
3.2 Tratamento trabalhista.....	696
3.3 Tratamento previdenciário.....	697
3.4 Licitações.....	698
3.5 Juizado especial.....	700
3.6 Tratamento comercial diferenciado.....	700
4 Pequeno empresário.....	701
5 Microempreendedor Individual – MEI.....	702
6 Investidor-Anjo.....	703
<i>Referências bibliográficas</i>	705